



Carta de Gestão

07/2024



Sumário

Introdução.....	3
Panorama Geral.....	4
Cenário Externo.....	4
Cenário Doméstico.....	6
Renda Fixa.....	8
Portfólio.....	10
Relatório Mensal da Dívida (RMD).....	10
Conclusão.....	12
Parecer do Comitê de Investimentos	13



Introdução

A **Carta de Gestão de Julho de 2024** traz informações sobre os principais eventos econômicos domésticos e internacionais, bem como seu reflexo nos ativos financeiros. É guiada pelo acompanhamento intermitente da execução e dos resultados da Política de Investimento, pautando-se sob os postulados do Manual Pro Gestão: (i) transparência, (ii) equidade, (iii) *accountability* e (iv) responsabilidade. A inclusão de informações detalhadas sobre a posição de custódia e a visão gerencial visa contribuir para uma compreensão mais ampla dos investimentos e suas estratégias, em absoluto alinhamento com a Política de Investimentos de 2024, e estão disponíveis tanto na internet quanto na intranet.



Panorama Geral

Em julho de 2024, a geopolítica teve um impacto significativo nos investimentos em renda fixa. No cenário internacional, a incerteza global, especialmente em relação às políticas monetárias dos EUA e outras economias desenvolvidas, influenciou os mercados de renda fixa. A expectativa de cortes nas taxas de juros nos EUA trouxe volatilidade, mas também oportunidades para títulos atrelados à inflação. No cenário local, no Brasil, a manutenção da taxa Selic em 10,50% e as críticas à política monetária pelo governo afetaram as taxas de títulos do governo e a valorização do real. A promessa de cortes nas despesas obrigatórias em 2025 ajudou a acalmar os mercados, mas a volatilidade permaneceu alta. A desvalorização do real em relação ao dólar e a percepção de risco fiscal e monetário foram fatores críticos. No entanto, títulos indexados à inflação e ativos atrelados ao CDI mostraram-se atrativos, especialmente com a pausa no ciclo de cortes da Selic.

Cenário Externo

Durante o início do mês de julho, o presidente do Federal Reserve (FED), Jerome Powell, destacou a necessidade de mais evidências de queda na inflação antes de considerar cortes nas taxas de juros. Na ocasião, ele enfatizou que, com a economia americana e o mercado de trabalho se mostrando robustos, o FED pode se permitir agir com cautela. Powell expressou que, embora já tenha havido progresso em direção à meta de inflação de 2%, é fundamental ter confiança de que a inflação está se movendo de forma sustentável nessa direção antes de iniciar o processo de redução das taxas.

Em sequência ao feriado de Dia da Independência dos EUA, divulgou-se os dados de folha de pagamentos (*payroll*) do setor privado do país, o qual impacta a tomada de decisão do FED sobre a política monetária.

O *payroll* revelou a criação de 206 mil vagas em junho, superando a expectativa, enquanto a taxa de desemprego subiu para 4,1% – o nível de desemprego mais alto desde o final de 2021. Apesar do crescimento no número de vagas, a desaceleração nas contratações e o aumento do desemprego indicam um esfriamento no mercado de trabalho, o que é corroborado pelo crescimento médio do emprego nos últimos três meses, que atingiu o menor nível desde o início de 2021.

Além disso, o relatório ADP divulgado anteriormente, ainda que em data próxima do *payroll*, mostrou a criação de 150 mil postos de trabalho em junho – mostrando um declínio em relação aos números do mês anterior (157 mil vagas abertas).

A combinação de um mercado de trabalho mais fraco e a necessidade de controlar a inflação



pode levar a uma mudança na política monetária, refletindo as expectativas do mercado em relação ao futuro econômico dos Estados Unidos.

A divulgação do Índice de Preços ao Consumidor (CPI) apresentou uma deflação nos EUA de 0,1% (ante a expectativa de inflação de 0,1%), reforçando as expectativas para a política monetária. Se, por um lado, o CPI não é o indicador preferido do FED, que se baseia nos dados de Despesas de Consumo Pessoal (PCE); por outro, ele é fundamental para entender a trajetória da inflação. Essa desaceleração na inflação animou analistas e investidores, que agora projetam até três cortes de juros nos EUA para o restante do ano.

A economia dos Estados Unidos apresentou um crescimento de 2,8% no segundo trimestre, superando as expectativas de 2%, impulsionado por gastos do governo e aumento do consumo das famílias. Apesar do crescimento, a inflação medida pelo PCE desacelerou para 2,9%.

A perda de fôlego no mercado de trabalho e sinais de desaceleração econômica alimentaram expectativas de cortes de juros, o que impactou positivamente as bolsas do país e levou a uma baixa nos rendimentos dos *Treasuries* – os títulos do Tesouro norte-americano. O cenário foi coroado com a coletiva de imprensa do presidente do FED, Powell, afirmando que o corte de juros poderia estar na análise da reunião da autoridade em setembro, caso a inflação continue a recuar em linha com as projeções.

No último dia do mês de julho, houve a reunião do *Federal Open Market Committee* (FOMC), onde o comitê decidiu manter a taxa básica de juros nos EUA entre 5,25~5,50% ao ano, seguindo as expectativas da maior parte do mercado. Porém, segundo Powell, a possibilidade de um corte na taxa de juros na reunião de setembro continua “na mesa”, a depender da progressão do movimento da inflação norte-americana.

Outro fato relevante no país foi o atentado sofrido pelo candidato republicano Donald Trump durante um discurso na Pensilvânia, no dia 13 de julho. Investidores já esperavam uma corrida eleitoral volátil nos EUA, porém o ocorrido também gerou uma nova onda de volatilidade nos mercados globais, com um aumento na busca por ativos de proteção ao risco – a exemplo do dólar, do iene japonês, do franco suíço e do ouro.

Menos de 10 dias após o atentado, o atual presidente, Joseph Biden, desistiu de sua reeleição e saiu da corrida presidencial dos EUA. A desistência ocorreu após pressão de lideranças do partido democrata, devido ao seu desempenho ruim no debate e queda nas pesquisas. Em sua substituição, a atual vice-presidente Kamala Harris foi indicada como a nova candidata democrata. Em meio a estes eventos, as eleições presidenciais estadunidenses estiveram rodeadas por incertezas.



A dinâmica do mercado financeiro reflete uma variedade de fatores, incluindo a rotação de setores que você mencionou. No acumulado mensal, observamos que o índice Nasdaq, conhecido por sua forte representação de empresas de tecnologia, teve um desempenho ligeiramente negativo com uma queda de 0,75%. Por outro lado, o Dow Jones, que é composto por empresas industriais de grande porte, apresentou um ganho robusto de 4,41%. O S&P 500, que é um indicador mais amplo do mercado de ações dos EUA, teve um aumento moderado de 1,13%.

Ainda no cenário internacional, eventos políticos como as eleições parlamentares no Reino Unido e as eleições na Venezuela também foram monitorados de perto pelos investidores. Além disso, houve a reunião do Banco Central Europeu (BCE), que era amplamente aguardada, após o primeiro corte de 0,25 ponto percentual realizado em junho. Porém, a expectativa do mercado se concretizou quando o BCE decidiu manter as taxas de juros inalteradas em 4,25% ao ano.

Semelhantemente aos EUA, a zona do euro enfrentou pressões inflacionárias após a pandemia, levando o BCE a elevar consistentemente os juros desde julho de 2022. Apesar das diferenças estruturais entre as duas economias, há pontos em comum, como a necessidade de conter déficits públicos elevados e pressões de custos.

Cenário Doméstico

O mês de julho foi recheado de eventos, desde mudanças no discurso do governo sobre política fiscal, passando por um “apagão cibernético” global, reviravoltas nas eleições presidenciais americanas, a maior oferta de ações da história do setor de saneamento com a privatização da Sabesp, e fechando com aguardadas decisões de política monetária no Brasil, nos Estados Unidos e no Japão.

No início de julho, o dólar registrou altas e alcançou o maior patamar desde janeiro de 2022. Esse aumento no câmbio é reflexo de uma combinação de fatores, incluindo a pressão internacional gerada pelas incertezas nas eleições americanas, o que pode manter os juros elevados por mais tempo, e a percepção de que o governo enfrentará dificuldades para cumprir as metas fiscais. Também impactaram o dólar as críticas do presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva ao presidente do Banco Central do Brasil (BCB), Roberto Campos Neto.

Por sua vez, o presidente do BCB, durante fórum promovido pelo BCE e pelo Banco de Portugal, defendeu a tecnicidade das decisões recentes da autoridade monetária brasileira. Também argumentou que o BCB deve se manter fora da arena política, focando em decisões técnicas, além de ressaltar que as decisões recentes do BCB foram unâimes e focadas no que é melhor para a



economia. Ainda assim, o atrito político adiciona um componente de risco, na medida em que o mercado enxerga uma maior incerteza em relação à inflação e ao equilíbrio das contas públicas.

A leitura de desalinhamento entre o governo e a autoridade monetária gerou desconforto no mercado financeiro, o que pode ter influenciado na desvalorização da moeda local. Porém, ressalta-se, não foi o único fator: o aumento do dólar também reflete preocupações sobre a política fiscal brasileira e um cenário incerto para a economia global. Desde o início do ano, a moeda norte-americana já se valorizou mais de 16% em relação ao real. O clima de incerteza no mercado financeiro foi intensificado por fatores externos, como o aumento das taxas de juros nos Estados Unidos, que afetam a atratividade de investimentos em países emergentes como o Brasil.

As atenções se voltaram para as medidas adotadas pelo governo na política fiscal, com destaque para o corte de R\$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias anunciado pelo presidente Lula. A movimentação aconteceu após a alta expressiva do dólar. Houve, após muita tensão, o anúncio de contingenciamento de R\$ 15 bilhões para que a meta de déficit fiscal zero este ano seja buscada, e a aprovação do primeiro texto-base da regulamentação da reforma tributária.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de junho, conforme divulgado na primeira quinzena de julho, veio abaixo do esperado, registrando uma variação de 0,21%, contra projeções de 0,32%. Em maio, a inflação havia sido de 0,46%. A principal contribuição para a desaceleração veio do grupo Alimentos e bebidas, cujos preços subiram 0,44%, abaixo dos 0,62% de maio. No acumulado em 12 meses até junho, a inflação ficou em 4,23%, também abaixo da mediana das projeções do mercado, que era de 4,35%.

O resultado de junho pode ser considerado positivo, pois a desaceleração dos preços ocorreu de forma uniforme em praticamente todos os itens, com exceção da gasolina, que subiu 0,64% e impactou o índice geral em 4 pontos-base. Essa desaceleração inesperada da inflação pode ter um impacto positivo na condução da política monetária pelo BCB.

Por outro lado, o IPCA-15 de julho, outro índice divulgado pelo IBGE, apresentou uma variação de 0,30%, superando as expectativas do mercado, que eram de 0,23%. Embora este número seja inferior aos 0,39% registrados em junho, o acumulado em 12 meses chegou a 4,45%, quase atingindo o teto da meta de inflação de 4,50%. O aumento da inflação foi impulsionado principalmente pelo grupo de Transportes, que teve uma alta de 1,12%, refletindo o aumento nos preços dos combustíveis e das passagens aéreas. Semelhantemente, na ponta negativa, o IGP-M de julho, o índice conhecido como a “inflação dos aluguéis”, registrou uma variação de 0,61% – também acima das expectativas (0,47%).

Ao final do mês de julho, definiu-se na 5ª reunião do COPOM a manutenção da taxa de juros brasileira no patamar de 10,50% ao ano. As expectativas para a inflação estão se deteriorando, de



forma que a interação entre taxa de juros, crescimento e política monetária será crucial para os investidores nos próximos meses. Na Bolsa de Valores, após um primeiro semestre de fuga de estrangeiros, julho vinha sendo de recuperação, com o Ibovespa iniciando a segunda metade do ano com uma sequência de dez pregões consecutivos de alta. No entanto, a divulgação de resultados do segundo trimestre das 86 empresas que compõem o Ibovespa, que se iniciou ao final de julho e seguirá até meados de agosto, deve reportar resultados mistos.

A estagnação da taxa Selic em 10,5% beneficiou alguns setores (como os bancos), mas prejudicou outros (como o varejo). Apesar disso, fatores como a alta de *commodities* e a recente desinflação, que caiu de 0,46% em maio para 0,21% em junho, ajudaram a aliviar os custos e impulsionar as vendas em alguns segmentos, o que pode beneficiar os setores de mineração, assim como o setor de papel e celulose. Os resultados serão cruciais para entender o desempenho das empresas na segunda metade de 2024.

A privatização da Sabesp realmente marcou o cenário corporativo brasileiro, gerando um volume significativo de interesse institucional. Esse evento, juntamente com outras importantes movimentações empresariais, como o ajuste no preço da gasolina anunciado pela Petrobras, teve um impacto notável nos ativos financeiros do país. O reflexo dessas atividades foi observado no desempenho do Ibovespa, que apresentou uma valorização de 3,02% no período mencionado. Paralelamente, a valorização do dólar frente ao real em 1,20% sinaliza uma reação do mercado às incertezas fiscais domésticas e às alterações nas estratégias de *carry trade*, em resposta às mudanças na política monetária do Japão, que influenciaram diretamente o valor do iene.

Renda Fixa

O mês de julho de 2024 foi marcado por uma queda nas taxas de juros, após terem atingido máximas no mês anterior, resultando em uma perda de inclinação nas curvas.

O IMA-S, que representa a carteira de Tesouros Selic, rendeu 0,94% no mês. O IDA-DI teve uma valorização de 1,25%, enquanto o IDA-IPCA Infra obteve um retorno de 2,23%. O CDI rendeu 0,91% no mês de julho de 2024.

Os destaques positivos da renda fixa foram os ativos de maior *duration*, como o IPCA+ 20 anos, que rendeu 6,19%, e o Pré de 5 anos, com um retorno de 2,80%. O menor retorno na carteira de renda fixa foi do IPCA+ 2 anos, que rendeu 0,79% no mês.

A parte de inflação dos títulos IPCA+, o VNA IPCA, rendeu 0,26% no mês de julho de 2024. O



Ibovespa teve um rendimento de 3,02%, e o dólar apresentou um retorno positivo de 1,86% no mês.

Evolução da rentabilidade de indicadores financeiros em 2024.

Os valores exibidos estão em Real (BRL).

Renda Fixa	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ano/2024
CDI	0,97%	0,80%	0,83%	0,89%	0,83%	0,79%	0,91%	6,18%
IDA-DI	1,39%	1,16%	1,17%	1,01%	0,96%	1,07%	1,25%	8,28%
IMA-B	-0,45%	0,55%	0,08%	-1,61%	1,33%	-0,97%	2,09%	0,97%
IMA-B 5	0,68%	0,59%	0,77%	-0,20%	1,05%	0,39%	0,91%	4,27%
IMA-B 5+	-1,47%	0,51%	-0,55%	-2,91%	1,59%	-2,25%	3,24%	-1,97%
IMA-S	0,99%	0,82%	0,86%	0,90%	0,83%	0,81%	0,94%	6,31%
IRF-M	0,67%	0,46%	0,54%	-0,52%	0,66%	-0,29%	1,34%	2,87%
Poupança	0,59%	0,51%	0,53%	0,60%	0,59%	0,54%	0,57%	4,00%
Selic	0,97%	0,80%	0,83%	0,89%	0,83%	0,79%	0,91%	6,18%
Inflação								
Criptomoeda Bitcoin (R\$)	2,51%	44,39%	16,09%	-11,06%	12,23%	-4,74%	8,89%	77,92%
Dólar	2,32%	0,60%	0,26%	3,51%	1,35%	6,05%	1,86%	16,95%
Dólar (Comercial)	1,96%	0,53%	0,74%	3,59%	1,29%	6,30%	1,32%	16,69%
Euro	0,54%	0,25%	0,07%	2,37%	2,89%	4,73%	2,92%	14,52%
Ibovespa	-4,79%	0,99%	-0,71%	-1,70%	-3,04%	1,48%	3,02%	-4,87%
IBRA	-4,57%	0,92%	-0,53%	-1,65%	-3,07%	1,37%	2,94%	-4,69%
ICON	-8,33%	0,09%	1,26%	-5,98%	-2,26%	0,69%	2,01%	-12,31%
IDIV	-3,51%	0,91%	-1,20%	-0,56%	-0,99%	1,99%	1,89%	-1,58%
IFIX	0,67%	0,79%	1,43%	-0,77%	0,02%	-1,04%	0,52%	1,61%
IMOB	-8,46%	1,27%	1,10%	-11,56%	-0,73%	1,06%	4,82%	-12,83%
ISE	-4,96%	1,99%	1,21%	-6,02%	-3,61%	1,10%	2,83%	-7,60%
Ouro ¹	7,39%	1,64%	10,65%					
SMLL	-6,55%	0,47%	2,15%	-7,76%	-3,38%	-0,39%	1,49%	-13,59%
Inflação								
IGP-M	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	0,81%	0,61%	1,71%
IPCA	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	0,46%	0,21%	0,15%	2,64%

Fonte: Quantum Axis². Elaborada por CGI³.

¹ [Ofício Circular 169-2023 PRE Descontinuação dos Contratos de Ouro Ativo Financeiro na B3 \(PT\).pdf](#)

² As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela QUANTUM, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. As estratégias com derivativos, utilizadas como parte da política de investimento de fundos de investimento, podem resultar em significativas perdas para seus cotistas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. Para avaliação da performance de um fundo de investimento, é recomendável a análise de, no mínimo, 12 (doze) meses.

³ Tabela elaborada a partir da coleta de informações obtidas através da plataforma Quantum Axis.



Portfólio

Os Fundo Previdenciário (FUNPREV) e Fundo Financeiro (FUNFIN) são compostos por ativos acumulados para garantir o custeio dos benefícios previdenciários dos servidores municipais de São Paulo. Estes fundos são regulamentados pelo Decreto nº 61.151, de 18 de março de 2022.

De acordo com o Relatório Gerencial, o FUNPREV possui um saldo de R\$ 1.530.584.515,97, deste montante, R\$ 1.410.943.979,84 estão alocados no Ativo BB Referenciado DI, representando 92,06% do portfólio e obtendo ganho financeiro de R\$ 11.428.913,86 no mês, ou seja, uma rentabilidade de 0,91% (100% do CDI). O Ativo BB Vértice 2025 possui aplicação da ordem de R\$ 100.600.288,14, representando 6,56% do portfólio; assim, obteve ganho financeiro de R\$ 600.288,14 e uma, rentabilidade de 0,60% no mês. Já o Ativo BB IMA-B 5, que possui um saldo de R\$ 19.040.247,99 representando 1,24% do portfólio, obteve, no mês, ganho financeiro de R\$ 168.623,96, e rentabilidade de 0,89%.

Da mesma forma, a análise do respectivo Relatório Gerencial demonstra que o FUNFIN possui um saldo de R\$ R\$ 445.036.118,98, onde o Ativo BB Referenciado DI, representando 100% do portfólio, obteve ganho financeiro de R\$ 3.639.072,09, rentabilidade de 0,91% (100% do CDI).

Relatório Mensal da Dívida (RMD)

O Tesouro Nacional apresentou o Relatório Mensal da Dívida Pública Federal (RMD)⁴ com os indicadores referentes a junho. No mês, as emissões da DPF totalizaram R\$94,540bi, com resgates de R\$12,337bi, resultando em uma emissão líquida de R\$82,204bi. Destacam-se os seguintes pontos:

- **Estoque da Dívida Pública Federal (DPF):** O estoque da DPF encerrou o mês de junho em R\$7,067tri, representando um aumento de 2,25% em termos nominais, em relação mês de maio.
- **Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi):** Das emissões da DPMFi, R\$ 49,646 bilhões foram em títulos flutuantes, R\$ 21,437 bilhões em títulos prefixados e R\$ 12,120 bilhões em papéis vinculados a índices de preços. Embora todos os grupos tenham aumentado seus estoques, apenas o grupo Câmbio ampliou sua participação na DPF, atingindo 4,42%.
- **Dívida Pública Federal externa (DPFe):** O estoque da Dívida Pública Federal externa (DPFe) subiu 9,86% (termos nominais) no período, encerrando junho em R\$ 313,61 bilhões (US\$ 56,42 bilhões).



- **Custo médio do estoque da DPF:** O custo médio do estoque da DPF acumulado em 12 meses subiu de 10,63%, em maio, para 10,66% em junho. O custo médio das emissões em oferta pública da DPMFi apresentou redução, passando de 11,10% a.a. para 11,00% a.a.
- **Prazo médio da DPF:** O prazo médio apresentou redução de 4,08 para 4,02 anos.

Em junho, a reserva de liquidez (colchão) aumentou 7,05%, passando de R\$ 1,032 trilhão em maio para R\$ 1,105 trilhão em junho, embora tenha havido uma queda de 1,23% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Esse índice de liquidez garante pagamentos de 8,20 meses de vencimentos futuros, mantendo o caixa prudencial acima de três meses de vencimentos. O Tesouro Nacional prevê uma redução da reserva de liquidez nos próximos meses devido a vencimentos expressivos, mas espera reforçá-la no final do ano. Em junho, o Tesouro Direto registrou vendas de R\$ 5,68 bilhões e resgates de R\$ 3,27 bilhões, resultando em uma emissão líquida de R\$ 2,41 bilhões, com destaque para o Tesouro IPCA+. O estoque do Tesouro Direto alcançou R\$ 143,19 bilhões, com um aumento significativo no número de investidores ativos. Em julho, indicadores mistos de inflação e emprego nos EUA aumentaram as expectativas de cortes de juros pelo FED, melhorando a percepção de risco dos investidores e tornando o cenário mais favorável para a gestão da dívida.



Conclusão

Em julho de 2024, o Instituto de Previdência Municipal de São Paulo (IPREM) no âmbito da renda fixa, o CDI que serve como referência para a rentabilidade dos fundos de previdência, rendeu 0,91% no mês. Os fundos previdenciários do município de São Paulo, FUNPREV e FUNFIN, apresentaram desempenhos positivos, refletindo a eficiência na gestão dos recursos e o cumprimento das metas estabelecidas. Esses resultados evidenciam a importância de uma gestão prudente e estratégica dos ativos, garantindo o custeio dos benefícios previdenciários dos servidores municipais e assegurando a sustentabilidade financeira dos fundos. A manutenção da rentabilidade alinhada ao CDI e superior à meta atuarial demonstra a eficácia das políticas adotadas e a capacidade de adaptação às condições econômicas variáveis, proporcionando segurança e estabilidade para o RPPS.



Parecer do Comitê de Investimentos

No âmbito do RPPS, é essencial a divulgação dos relatórios de investimentos mensais e anuais, conforme preconiza o Manual Pró-Gestão. Estes documentos são cruciais para garantir a transparência e eficácia na administração dos fundos, em linha com os princípios da Administração Pública e as diretrizes da Política de Investimentos.

O Comitê de Investimentos tomou ciência dos documentos apresentados pela Coordenadoria de Gestão de Investimentos (CGI), os quais demonstram a evolução das carteiras de investimentos dos fundos FUNFIN e FUNPREV. Esses documentos indicam que as operações realizadas estão em conformidade com a Política de Investimentos atualmente em vigor, refletindo a aderência às diretrizes estabelecidas para a gestão dos recursos.

Durante a análise, o Comitê expressou preocupação com a necessidade de manter uma postura vigilante em relação à conjuntura econômica e à análise de cenários, considerando a volatilidade dos mercados e os possíveis impactos nos investimentos. O Comitê enfatizou a importância de monitorar continuamente esses fatores, a fim de ajustar as estratégias de investimento de forma proativa e assegurar a proteção dos recursos administrados.

Adicionalmente, o Comitê observou que a discussão e aprovação da Política de Investimentos para o próximo exercício devem ser priorizadas na sequência. Este processo é fundamental para garantir que as diretrizes de investimento continuem alinhadas com as condições econômicas vigentes e com os objetivos estratégicos do RPPS, assegurando a continuidade da boa gestão dos recursos previdenciários.

Com base nesses princípios e no compromisso com a responsabilidade fiscal (“*accountability*”), o Comitê de Investimentos, com funções detalhadas no Decreto nº 62.556, de 12 de julho de 2023 (<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-62556-de-12-de-julho-de-2023>), ratifica a Carta de Gestão e os documentos complementares do mês de julho de 2024, durante sua reunião ordinária realizada em 16 de agosto de 2024.